

OS INDICADORES SOCIAIS DA POPULAÇÃO NEGRA COMO DIMENSÃO DO RACISMO ESTRUTURAL

Maria Julia Batista de Oliveira Reis¹
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

A compreensão das desigualdades raciais no Brasil exige analisar indicadores sociais, econômicos e políticos que revelam como a população negra, composta por pessoas pretas e pardas segundo o IBGE, permanece submetida a condições desiguais em saúde, educação, trabalho, moradia e acesso a políticas públicas. Essa realidade é alarmante, considerando que pessoas negras representam 56,7% da população brasileira (IBGE, 2024), evidenciando a persistência de um modelo social estruturado por heranças coloniais e escravistas.

O estudo tem como objetivo refletir criticamente sobre os impactos do colonialismo e da escravidão nas desigualdades raciais contemporâneas, demonstrando como o racismo estrutural, enquanto legado histórico, molda as instituições e limita o exercício pleno dos direitos humanos. A análise adota uma perspectiva decolonial, antirracista e interseccional, utilizando dados de IBGE, Fiocruz, IPEA, DIEESE e Observatório das Favelas, articulando indicadores de saúde, educação, trabalho, renda e habitação.

Os resultados evidenciam que o racismo estrutural atravessa todos os indicadores sociais, reproduzindo desigualdades históricas. A expectativa de vida da população negra é 4,4 anos menor que a da branca; mulheres negras têm quase o dobro do risco de morte materna; e o analfabetismo entre pretos e pardos (7,1%) é mais que o dobro do observado entre brancos (3,2%). No mercado de trabalho, 46,1% dos trabalhadores negros estão na informalidade, com rendimentos 40% menores. Além disso, 35% da população negra vive em moradias inadequadas, e mais de 60% dos moradores de favelas são negros (IPEA, 2023).

Conclui-se que as desigualdades raciais no Brasil decorrem da continuidade de um projeto político e econômico fundado no colonialismo e na escravidão. A ausência de políticas restaurativas e a negligência estatal perpetuam a marginalização da população negra, tornando essencial a adoção de políticas públicas interseccionais, antirracistas e estruturantes voltadas à reparação histórica e à garantia de direitos.

Palavras-chave: desigualdade racial; racismo estrutural; políticas públicas.

Referências Bibliográficas

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

¹ Assistente Social, Mestra em Geografia e Doutoranda do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. E-mail: mariajuliareissocial@gmail.com

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro.** 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.